

DA PARTILHA AS INDEPENDÊNCIAS: O CONTINENTE AFRICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO BRASIL (1890-2003)

FERRACINI, Rosemberg (*)

CASTELLAR, Sonia (**)

RESUMEN

Este texto es un resumen de la tesis doctoral en curso. Nuestro objeto de estudio es investigar la presencia de África en los libros de texto de Geografía en el período 1890-2003. Tenemos como objetivo discutir cómo este contenido escolar fue publicado, por ejemplo, con un enfoque de dominación territorial. Esto nos lleva a entender otras categorías como la de guerra, poder, raza, etnia, civilización y lo salvaje. El análisis se divide en cinco partes, con la elección de un libro por período, en función de su difusión entre el público estudiantil. La bibliografía de la investigación está disponible en el Laboratorio de Ciencias Humanas de la Facultad de Educación y en el Laboratorio de libros de texto de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidade de São Paulo.

Palabras-clave: libro de texto - África - Historia del Pensamiento - enseñanza

(*) Mestre em Geografia.

Universidade de São Paulo.

Doutorando em Geografia Humana do Departamento de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo – USP, como Bolsista CNPq.

Avenida Professor Lúcio Martins Rodrigues, 120 Cidade Universitária - São Paulo - SP - Laboratório de Ensino. 05508-900 - Sao Paulo, SP - Brasil

 rosemberggeo@yahoo.com.br

(**) Doutora de Metodologia do Ensino de Geografia.

Universidade de São Paulo

Av. da Universidade 308 Butantã 05508900 - Sao Paulo, SP – Brasil

 smvc@usp.br

FROM TERRITORIAL DIVISION TO INDEPENDENCE: AFRICA AS A SCHOOL CONTENT IN GEOGRAPHY BOOKS OF BRAZIL (1890-2003)

ABSTRACT

This paper is a summary of a current PhD thesis. Our object of study is to analyze the presence of Africa in school textbooks of Geography between 1890 and 2003. Our goal is to discuss how this school subject was published, for example, with a focus on territorial control. This leads us to understand other categories such as war, power, race, ethnicity, civilization and wildness. The analysis is divided into five parts, with the choice of a book for each period, giving priority to those who have achieved a greater number of students. The research literature is available at the Laboratory of Human Sciences of the Faculty of Education and the Laboratory of textbooks in the Faculty of Philosophy and Humanities of São Paulo University.

Key-words: textbook - Africa - History of Thought - education

Introdução

Discorreremos aqui novas indagações sobre o tema do continente africano nos livros didáticos entre os anos de 1890-2003. (1) É nas análises dos textos didáticos que estamos buscando discutir como a África foi publicada na geografia escolar. Para compreensão das obras analisadas estamos considerando os aportes nas discussões a respeito das reformas educacionais e nos debates teórico-metodológicos desenvolvidos na Geografia acadêmica. Acreditamos que tais discussões contribuíram no andamento do conteúdo sobre o nosso recorte. Dessa forma, é preciso ter a capacidade de pensar a investigação dos livros como uma política no campo da educação implementada pelo governo federal. Em nossa pesquisa está sendo de fundamental importância demonstrar os limites, posições da época, e respeitando o contexto social em que os livros estavam inseridos. Entre as primeiras denominações encontradas nos manuais, foi o registro do termo geografia da “África”, ou do “continente africano” (2). Ambas as terminologias serão usadas no andamento do trabalho. Partimos da ideia de que a África é um continente formado de “territórios sobrepostos”, de “histórias entrelaçadas”, que geraram geografias particulares em cada área do território africano (Said, E. 1995: 33). Com ajuda das discussões políticas, econômicas e culturais ousaremos aqui pensar a territorialização deste continente no livro didático. Para tal análise será necessário ter bases do que foram as reformas educacionais na história da disciplina escolar geografia. É preciso registrar que no início da república brasileira as obras escolares eram denominadas de manuais escolares e compêndios, e que na década de 1930 receberam a denominação de livro didático.

Metodologia

Ao considerar que metodologia é um processo em construção, assim buscamos construir instrumentos de pesquisa e reflexão mais apurados apresenta-se como tarefa obrigatória. Dessa forma acreditamos que a organização metodológica de qualquer trabalho científico evidencia o posicionamento de quem o faz, bem como suas pretensões políticas e acadêmicas. Nesse texto em particular estamos discorrendo a respeito do desenvolvimento da realização da pesquisa. Nesta estamos trabalhando basicamente com fontes secundárias, os manuais escolares, as reformas educacionais e a bibliografia da geografia e áreas afins que tratam a respeito do tema. O corpo documental está sendo analisado diante do contexto de sua produção, e comparado com outras fontes. Um exemplo de como isso pode ser visto é por meio da literatura que será citada. O material

bibliográfico para a realização da pesquisa está disponível no Laboratório de Ciências Humanas da Faculdade de Educação e no Laboratório do Livro Didático na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Apresentamos o levantamento das últimas referências dos livros didáticos que trataram sobre o continente africano, estamos debruçados nas leituras das reformas educacionais e nas (re)leituras de alguns clássicos da Geografia de cada período tratado. Partindo dos pressupostos anteriores, os conceitos e categorias presentes nos compêndios como ‘território, poder, colonialismo, domínios europeus, África branca e negra, raça branca, raça negra, guerras, conflitos, civilização, selvagens, descobrimento e explorações geográficas’, (3) que estão sendo as bases para as questões, perguntas e temas a serem melhor desenvolvidos no decorrer da nossa pesquisa.

O critério da divisão em períodos no livro didático busca facilitar a compreensão do continente africano nos manuais. De acordo com outras pesquisas já desenvolvidas anteriormente, como por exemplo, a de Colesanti (1984), de onde partimos das reformas educacionais como marco da pesquisa, pois essas foram para nós, as bases para a elaboração dos livros didáticos. Entre os anos de 1890 e 2004, foram selecionados alguns materiais de maior significado segundo cada época. Ou seja, foram escolhidos aqueles livros com os quais os alunos tiveram maior contato segundo o MEC. Outra base foram as mudanças teórico-metodológicas da geografia escolar, que discutiam as correntes de pensamento. Assim, acredita-se que debater o contexto do conteúdo pela ótica da geografia do ensino sobre o continente africano em que eles foram produzidos é discutir a sua geopolítica no livro didático.

A institucionalização da África na geografia escolar (1890-1930)

O primeiro período investigado foi denominado “Institucionalização da África”, de 1890 a 1930. Neste foram cinco as reformas educacionais implementadas no início do período republicano. A primeira delas foi a Benjamin Constant (1890-1901) que marca o início da nossa investigação. De acordo com Rocha (1996:198-205), constituída de vários decretos, entre os quais o 981 do artigo 81, insere o conteúdo do continente africano na geografia escolar. Posteriormente ocorre a reforma de Epitácio Pessoa (1901-1911), Rivadávia Corrêa (1911-1915), Carlos Maximiliano (1915-1925) e Luiz Alvez Rocha Vaz (1925) reforçando o caráter enciclopédico da época. As contribuições teórico-metodológicas entre 1890 e 1920 desta disciplina obedeciam às mesmas características de

quando foi ela inserida nos currículos. Conteúdos vigentes apoiados na geografia clássica, decorativa, descritiva e enumerativa. Os conteúdos desse período faziam parte de um modelo de ensino via memorização e repetição dos fatores naturais.

Podemos observar que a geografia dos manuais brasileiros, nos primeiros anos da República, era ensinada com base nos valores positivistas (4) franceses de Auguste Comte (1798-1857). Eram essas Influências de um conjunto de ideias empíricas e descritivas presentes nos livros didáticos. Neste, pensamentos que a geografia evocava, como fatores homogêneos e de dados numéricos relativos à superfície e à população. A mesma era ensinada com o caráter enciclopédico de estrutura curricular única, integral, verbalista, teórica, livresco sendo ensinada por meio da exposição e recitação.

No início do século XX, foram publicados diferentes livros didáticos que apresentam capítulos com o título ‘continente africano e África’. Desse conjunto selecionamos apenas um que foi significativo para o recorte estabelecido (5). O livro escolhido foi *Geographia Elementar* de Amaral, T. (1893): que discorre sobre a corografia da época, em que aborda “os continentes da Europa, Ásia, África, América, Oceania” examinando o resultado das leis da geografia geral em regiões determinadas; “procura também conhecer as influências recíprocas entre essas regiões, leis, homens que as habitam”, como também “cidades, principais rios e serras”. Acreditamos que os manuais agiram como um telescópio vide uma ‘luneta colonial’ (6) europeia, na geografia escolar difundindo as práticas do colonialismo e imperialismo, referentes ao continente africano influenciando a população na forma de olhar para este continente (7).

A obra publica *Os países da África*, com a seguinte divisão no índice: “Descrição physica e Descrição política”, posteriormente na parte política, “A Africa divide-se em 20 países ou regiões principaes, dos quase 5 na costa do Mediterraneo, 5 na costa do Atlântico, 1 ao Sul, 5 nas costas das Índias, 2 na costa do mar e 2 immensas regioes interior” (Amaral, T. 1893: 39). Com esse trecho podemos notar que o conceito de região era a base de divisão do continente, como também uma referência mundial. Conforme nos indica Rocha, que estudou os programas dos manuais escolares destinados ao ensino de geografia, aborda o modelo a ser seguido ficaria “Africa: Divisão política em geral, limites e posição astronômica. Grandes cidades. Produções mais importantes (...) Africa occidental e Colonia do Cabo, Africa oriental e central” (Rocha, G. 1996: 205). Estava efetivado o modelo de ensino a ser seguido. Na vigência da então reforma Benjamin Constant que se concretizou o modelo de ensino de geografia do continente africano a ser implementado nos demais compêndios. A

introdução de África nos estudos de geografia vem consolidar a política europeia, de teor colonialista no ensino brasileiro. Exemplo desta análise territorial é quando Amaral pública, *Os paizes da África*,

A Senegambia pertence à França á Inglaterra à regência de Trípoli, á Turquia: o Egypto é tributário da Turquia, à Argélia e a Tunísia pertence à França; à Guiné Meridional à Bélgica e Portugal, à Hottentotia à Alemanha e Inglaterra, Moçambique á Portugal, Cafraria e Zanguebar à Inglaterra, Somália à Itália e Inglaterra, à Núbia ao Egypto e Madagascar à França (Amaral, T. 1893: 40)

O fato de o livro didático trazer como um fato natural a denominação “pertence à França ou à Inglaterra”, por exemplo, estava ligado a uma expansão territorial europeia, uma anexação política, econômica e cultural, suas territorialidades coloniais. Podemos dizer que segundo o geógrafo inglês que;

Territorialidade é uma expressão geográfica básica de influência e poder, provê uma sociedade essencial de ligação entre sociedade, tempo e espaço (...) é o dispositivo geográfico por pessoas de construção de organização no espaço (...) não é nenhum instinto, mas uma estratégia complexa para afetar, influenciar, e controlar o acesso de pessoas, coisas, relações e comportamentos, (Sack, R. 1986: 216)

Exemplo desse fato é escrever que “a geografia de 1870-1890 é filha do imperialismo” (Capel, H. 1988: 80), está denominando um modelo de pensamento. Uma categorização direcionada ‘África do Norte (Egito e Sudão, Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos), Ocidental, Equatorial (regiões francesas, espanholas, inglesas, portuguesas e região belga, ilhas oceânicas, Libéria) e Oriental’. Entre outras denominações: Abissínia; (italianas, francesas, britânicas e portuguesas), África do Sul (regiões portuguesas e britânicas), ilhas africanas do Oceano Índico. Não por acaso, as denominações com os nomes das potências europeias ocorrem como frutos de uma política expansionista de anexação territorial. Uma territorialidade que é reforçada com os dizeres de Brunswick quando escreve que “no século XIX, em 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, ocorre a efetivação da Partilha da África pelas potências européias” (Brunswick, H. 2004: 41), sendo assim estava estabelecida a colonização deste

continente. A introdução dos estudos do continente africano na geografia escolar pela reforma Benjamin Constant reforça a base da ciência geográfica, de território e poder, que significou a consolidação da política europeia colonialista no conteúdo de geografia brasileiro. Com a afirmação anterior, ficamos com Milton Santos quando escreve que “A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada [...] o ímpeto dado à colonização e o papel nela representado por nossa disciplina teria sido um fator de seu desenvolvimento” (Santos, M. 1988: 31). Podemos dizer que no século XIX a expansão, e a consolidação do imperialismo europeu, como o domínio colonial de países extra-europeus supunham que a exploração já era associada normalmente à atividade geográfica.

No que trate ao tema da Partilha da África, foi um fato contemporâneo e anterior à publicação da obra de Amaral que é nosso objeto de análise. Notamos que não existe uma descrição conforme o programa de ensino proposto, como, por exemplo, a política; estados, cidades ou sistemas governamentais; econômica, o comércio e a indústria; a populacional, número de habitantes ou pirâmide etária; a religiosa, sobre as crenças, ritos, tradições, templos ou demais princípios. Tais tópicos poderiam ser apresentados e redigidos pelo autor em questão na sua obra? Seria a partilha da África um mau filão a ser desenvolvido para os olhos do mercado editorial? Por que não apresentar uma África oposta da invasão e colonização? Ou mesmo como fruto de tratados, acordos e negociações territoriais? Seriam essas perguntas temas do ensino na história do pensamento geográfico?

Na busca destas respostas podemos afirmar que a categorização domínios territoriais fazia parte do conteúdo na geográfica escolar da obra de Amaral. Neste caso notamos um direcionamento no olhar metodológico na maneira de divulgar o continente africano. Uma territorialidade imperialista, porém de um momento histórico. O conteúdo no compêndio afirma uma anexação territorial de meados do século XIX. Uma África marcada pela expansão do capitalismo baseado na industrialização, fruto da chamada II Revolução Industrial como na importação do capital monopolista e da expansão de tecnológica industrial. Um dos exemplos é que essa prática imperial estava vinculada diretamente as nações coloniais de elo territorial, que aconteciam por meio da expansão das indústrias, comércios, domínios, protetorados e exploração.

A proposição anterior de territorialidade de Sack, R. (1986), nos ajuda na interpretação a respeito da territorialidade no debate da geografia escolar. No livro de Amaral, T. (1893) podemos dizer que a territorialidade europeia, estava servindo como modelo de ensino para a efetivação da

Aceitar a Partilha da África a Europa concretizava a territorialidade imperial que teve seu auge no final do século XIX (8). Era o conteúdo colonizador ‘acadêmico’ referente a África chegando aos compêndios deste período. Buscamos aqui elencar alguns pontos a respeito dessa temática pouco explorada e que carece de maiores investigações na geografia escolar.

Período Vargasista (1930-1954)

No segundo recorte, “vargasista” (1930-1954), ocorreram duas reformas educacionais, a de Francisco Campos, entre 1931 e 1942, que reestruturou o ensino superior, preocupado com a formação de professores para o ensino secundário, e a reforma de Gustavo Capanema (1942-1945), que dispôs acerca do ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: ginásial e clássico ou científico. Na primeira delas, conforme registra Romanelli, ocorreu a mudança que “centralizada, determinava: a frequência obrigatória, a implantação de um currículo enciclopédico e de um sistema de avaliação rígido” (Romanelli, O. 1980: 135). Já na segunda, concomitante às alterações, Vargas efetua as transformações políticas, econômicas e sociais no país, até então nunca feitas na Geografia.

O livro a ser investigado neste período está sendo *Geografia Geral para a Primeira série Ginásial* de Aroldo de Azevedo 1943. No que diz respeito a sua obra estas apresentavam um número significativo de recursos visuais o que conferia uma qualidade as mesmas. Buscamos analisar como a África foi publicada. Já de início podemos dizer que o livro do Aroldo mantém o modelo de publicação dos compêndios da primeira república, com os traços da territorialidade europeia. A luneta colonizadora continuava nos manuais escolares como referência no tema da África.

Um primeiro exemplo da marca territorial europeia é quando o autor publica a África denominada ‘O Mundo Britânico’ (Azevedo, A. 1943: 96). Uma proposição que ganhou força e continuou sendo reproduzida nos seus livros até 1963 (9). Essa categorização faz parte das colônias e possessões inglesas. Seu texto possui uma linguagem sintética que ajuda na absorção dos conteúdos. Posteriormente o autor destaca alguns fatos ocorridos na geografia mundial, como por exemplo, a colonização da África pelos ingleses. Trabalhos referentes a tratados, cartas, levantamentos, missões e expedições nacionais e estrangeiras. Via mapas o autor reproduz as teorias exploratórias que continuam em alta devido a uma necessidade econômica europeia, como forma de se firmar no mundo via expansão do seu mercado consumidor. Sua geografia escolar divulgava conceitos e categorias, como conquista, valorização territorial, integração econômica, política e delimitação de fronteiras. Os estados europeus neste sentido

articularam uma necessidade territorial no continente africano que precisavam ser reafirmadas em todos os instantes. Alguns países na Europa como Alemanha, França e Inglaterra buscavam sua afirmação enquanto estado territorial, fazendo valer a sua nação com valores, língua e uma política específica de pensar e agir (10). Foi a construção e o exercício do poder que um estado tinha sobre o outro. Said diz que o principal fator nesse momento histórico em sua fase inicial “foi o que causou o imperialismo da segunda metade do século XIX (...) não podemos sugerir que todos os problemas do mundo ex-colonial devem ser atribuídos à Europa” (Said, E. 1995: 121). Uma Europa que fez valer suas práticas imperiais em outros territórios, em particular no continente africano.

Na obra de Azevedo a denominação do continente africano com o título ‘*O Mundo Francês*’, reforça uma possessão territorial. A *grosso modo*, podemos problematizar a respeito da pergunta no tópico anterior que debate a proposta em manter territorialidade europeia já efetivada (11). Nesse ponto podemos dizer que as terras do império são ambíguas, porque envolviam cultura e política. Na mesma linha podemos pensar que a territorialidade se fortalece onde o território faz valer o caráter extensivo do controle exercido por um de uma natureza intensiva realizada pelo outro. Dessa forma a França estabelecia o controle territorial envolvendo vários fatores entre eles a oficialização da língua em suas colônias. O texto escolar de Aroldo de Azevedo publicou a naturalização da presença europeia na África via seus domínios coloniais, como se tivessem ocorridos de maneira casual. Seus textos de ensino omitem uma geografia territorial de disputas, negociações, conflitos no solo africano pelas potências europeias em prol do continente africano.

Destarte para o europeu foi preciso construir teorias que subjugassem e diminuíssem determinados povos e pensamentos e que valorizassem outros. Acreditamos que é preciso compreender o princípio da territorialidade relacionado com o modelo escolar que lhe deu sentido. Como também afirmamos que é necessário entendê-lo no campo das discussões no campo do ensino do livro didático de geografia. Em outro momento Aroldo de Azevedo percebemos como britânicos e franceses direcionavam o olhar para África (Azevedo, A. 1943: 92). O mesmo apresenta a África inserida na corrida imperial que buscava novas colônias: uma necessidade de sobrevivência da economia-mundo europeia dos finais do século XIX. Como já dito anteriormente o sistema econômico implantado via colonização territorial impunha maneiras de pensar e agir. Consequentemente, o processo europeu gerou entre alguns de seus pares as posses das colônias, como garantia o monopólio. Para o conquistador era o controle das riquezas naturais, a nova busca de matérias primas e ao mesmo

tempo a luta pela sobrevivência contra seus “antigos” adversários políticos e econômicos.

Encontramos uma geografia escolar que trata a África como exportadora, via colônia de exploração. O ensino da colonialidade produzida pelo livro didático de Aroldo de Azevedo a respeito da África estava associada às roupagens do século passado. Os conteúdos dos livros não tinham grandes mudanças, mas com permanências engessadas. Exemplos são os saberes escolares categorizados como civilização, progresso e fetichismo presentes nos livros didáticos. Tais textos em sua maioria estavam presentes nos manuais do período passado, e que perpetuam aqui até a década de setenta nas obras de Aroldo de Azevedo. Categorias que foram reestruturadas e associadas ao ensino de geografia. Pensamentos em formas de palavras que se relacionam no resultado final, dando o mesmo sentido de atraso e selvagem ao conjunto do continente africano. Seus olhares propunham uma entidade geográfica – e cultural, política, demográfica, sociológica e histórica – cujo destino eles agiam no direito de possuir, de controle territorial, e poder. Os aspectos relacionados ao surgimento de novos estados e seus respectivos governos são objetos das discussões feitas a posteriori.

Período Transitório (1954-1961)

O terceiro recorte analisado é o “transitório”, de 1954 até 1961, ocorre a reforma no governo de João Goulart, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Nº 4.024). Nesse período tínhamos um Estado brasileiro que buscava controlar e coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático, como buscava ter controle sobre o que se ensinava. Dentre as metas estava a inovação das propostas de reformulação do ensino médio, superior e aumento de recursos financeiros para a educação. Com relação aos manuais escolares foi encontrado apenas um livro didático dessa época, novamente o clássico de Aroldo de Azevedo, *Os continentes*. Em seu índice encontramos o capítulo “*Continente africano*”. Percebe-se na obra que o autor não demonstra mudanças no que diz respeito aos debates teórico-metodológicos no tratamento dos temas, como no movimento pós-colonial ocorrido em países africanos pós-II Guerra (12). A respeito da autonomia territorial é uma “construção política [...] mas também econômica [...] e ainda uma construção ideológica” (Moraes, A. 2004: 59). Nesta ótica ficamos com autores como Fanon (1979) e Césaire (1978), em que ambos articulam os discursos de independência dos países africanos em oposição à política e à prática colonial.

Nesse período ocorriam os surgimentos de novos Estados africanos, uma emancipação política pós-colonial, porém com dependência econômica, uma estrutura organizada em função da presença europeia, ou seja, em muitos casos, uma outra forma de dependência. Por exemplo, a respeito de Angola é preciso ressaltar que as relações comerciais aconteceram com resistência entre a ocupação portuguesa, caracterizada por guerra entre o exército português, e os Estados do Ciclo de Kuanza. Vale lembrar que no século XX, na década de 1950, já eram conhecidos o Conselho de Libertação da Angola, com o “Exército de Libertação de Angola (ELA), o Movimento para Independência de Angola (MIA), o Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA), o Partido Comunista Angolano (PCA), o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA) (13) entre outros”. Como podemos ver as territorialidades em forma de domínios europeus se perpetuaram até os anos 60 e 70 nos livros escolares, quando se inicia os primeiros processos das independências dos países africanos. Os aspectos relacionados ao surgimento de novos estados africanos e seus respectivos governo presentes nos livros didático é objeto de futuras discussões.

Período ditatorial (1964-1988)

O quarto recorte, o “ditatorial”, é entre 1964 e 1988, segundo Romanelli, foi uma época que teve a demanda do sistema econômico, que exigia um sistema de ensino mais qualificado; e “a incapacidade do sistema educacional em oferecer os recursos que careciam à expansão econômica formaram o quadro da reforma” (Romanelli, O. 1980: 205-206). A meta era controlar a educação, e suas modificações se justificaram pela implantação de um novo regime, com uma política de recuperação da economia pelo crescimento da demanda social da educação e por uma crise do sistema educacional, que buscava adequar-se ao modelo de desenvolvimento econômico.

A respeito dessa época, Vesentini, W. diz o seguinte: “Sugiram nos últimos anos, entre nós, tentativas de renovação” (Vesentini, W. 1995: 170); manuais de ensino renovadores só puderam aparecer nas últimas décadas por causa da fragmentação da ditadura militar. O autor continua dizendo: “Eles só puderam surgir devido à desagregação da ditadura militar entre 1973 e 1974, com a abertura fortemente controlada pelo alto, mas possibilitando [...] o aparecimento de brechas”. Assim, nos anos finais da década de 1970 se torna um espaço fecundo e estimulante para a (res) significação da existência da geografia, particularmente para os estudos de conteúdo do continente africano. Em meados de 1978, emerge a

possibilidade de uma nova leitura da realidade, estabelecendo-se um diálogo de abertura entre outros autores interessados em repensar a abordagem dos conteúdos de geografia escolar.

Considerando o aumento de número de autores e o material didático do período, selecionamos um que, de acordo com o *site* do MEC, atingiu um número significativo de pessoas. A obra que escolhemos é de Melhem Adas, que demonstra uma tentativa de ruptura da estrutura clássica do binômio *Terra-homem*, com novos conteúdos e modelos de ensino. O autor inicia a publicação de seus compêndios na década de 1970, com o título *Estudos de Geografia*. Em 1974 Adas faz uso do trinômio “*Físico-Humano-Econômico*”. Seu livro didático é dividido entre “Olhando o Mapa-Mundi”, “População”, “Mundo Tropical”, “Recursos Minerais”, “Recursos Humanos”, e o continente africano está no conjunto dos países subdesenvolvidos (14). Com relação à África no livro didático de Adas, (1974) encontramos traços da Organização das Nações Unidas – ONU –, que elaborou uma proposta para classificar os países em desenvolvidos, subdesenvolvidos, capitalistas e socialistas, abandonando a ideia de mundos ou continentes, presente no seu compêndio. Também pode-se destacar no livro a África, como o “Velho Mundo”. Nesse período outro importante trabalho na Geografia no que diz respeito à África, é do Silva, A. (1984: 69) que conceitua alguns dos modelos de colonização entre as fronteiras política, militar, étnica e natural. O texto acadêmico apresenta à discussão de inexistência do Estado em algumas partes do continente africano. O domínio territorial por uma população, fato esse que foi desconsiderado na Partilha da África, devido à expansão do modo de produção capitalista europeu.

A respeito desse período, acreditamos ser importante fazermos um paralelo com a produção acadêmica do continente africano, onde não se pode ignorar o fato dos diferentes “processos de libertação africana”. Sobre o assunto, Scarlato, F. (1984: 128-129) publica em *Apharteid: até quando?*; que é uma discussão política sobre a África do Sul, “na luta contra a segregação racial do mundo contemporâneo; não significará, porém, o fim da segregação do negro [...] a segregação social ser tão velha como a sociedade de classe”. O autor está se referindo ao ‘fim das amarras coloniais’ ocorrido na segunda metade do século XX, principalmente nos anos 70, que influenciaram nas publicações dos diferentes estudiosos das ciências humanas.

Paralelamente aos debates da geografia escolar, em 1985 o MEC, com a edição do decreto 91.542, de 19 de agosto de 1985, cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como a indicação do livro didático pelos professores e a sua reutilização, que

implicou a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção. Contudo, os conteúdos continuaram intactos. Como podemos ver, existem outros temas que merecem aprofundamentos e que precisam ser debatidos no decorrer da pesquisa.

Período da Contemporaneidade (1988-2004)

O quinto e último recorte é o da “contemporaneidade”, de 1988 até 2004. Neste temos alguns pontos que estão sendo investigados, pois em certa medida seus posicionamentos chegaram aos livros didáticos. Foi escolhido para ser abordado aqui o livro *Geografia* de Castellar (2001). Neste encontramos os temas referentes à Conferência de Berlim, África branca e negra, fronteiras causadas pelo *apharteid*, conflitos étnicos, a independência e a militarização do Estado sul-africano e demais temas, como independência e a opressão do continente. Tais temas estão acompanhados com um conjunto de iconografias entre ‘mapas, quadros e figuras’.

Acreditamos que tais pontos merecem ser analisados em um contexto político internacional, nos aspectos históricos e políticos da educação. Em consonância com o que observamos, Andrade, M. (1989: 19) diz que, o desenvolvimento da pesquisa no ensino de geografia da África começa a partir do “fluxo africano no século XV, passando pela ‘importância’ do tráfico escravos, a influência étnica e cultural do negro no Brasil, até nas relações coloniais e des-coloniais entre Brasil e África”. Não por acaso percebemos que as diferenças raciais e étnicas se constituem como um fruto político da territorialidade de controle humano (15). Em artigo publicado anteriormente, (Ferracini, R. 2008: 428) registramos que a ideia de etnia dissimula ou mesmo inferioriza o seu significado, apesar de sofrer restrições de alguns autores, tendo ainda inegável prestígio, pelo seu disfarce. Ao mesmo tempo é preciso dizer que a idéia de raça, em seu sentido moderno, desenvolve no campo acadêmico via conquistadores e conquistados. Desenvolvida nos últimos quinhentos anos como instrumento de dominação e imposição nas relações sociais entre brancos, negros e índios. Temos como exemplos dessa expansão o conjunto de mapas presentes na obra escolar de Castellar (2001, 178-190). Os mesmos apresentam um continente que passou pela partilha, colonização, descolonização e atualmente vem passando por mudanças no que tange a reordenação estatal. Temos assim a perpetuação do olhar colonizador via os títulos das iconografias, por exemplo, “O avanço da tuberculose, Vítimas da Aids na África, Mudanças Climáticas e ocorrências de malária no mundo,

Riquezas e Conflitos, África – migrações, Conflitos no oeste da África, Degradação dos solos e África – guerras e fome” (Castellar (2001: 178). Acompanhados de textos os mesmos reforçam a idéia de da luneta europeia.

Por outro lado, neste período o país passava por um processo de abertura política, e dentre os seus diferentes projetos, surgiu a LDB 9.394, de 1996, com novas tendências de gestão e incorporação de visão descentralizadora. O ensino médio foi considerado educação básica, complementando o exposto na Constituição de 1988, o estatuto da educação básica determinando que os Estados devem assegurar o ensino fundamental e com prioridade ao ensino médio (art. 10). Isso determinou a desvinculação do ensino médio da função profissional, e foi adotada uma nova definição curricular e de estratégias.

Posteriormente no ano de 1998 ocorre a introdução nos livros didáticos dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), apresentando alguns temas e subtemas, permitindo organizar um caminho programático para o trabalho com a geografia no ensino médio, significando uma mudança. No mesmo material publicado pelo MEC, o PCNS, (1998: 67), temos o eixo temático África, indicado da seguinte forma: “O mundo em transformação: as questões econômicas e os problemas geopolíticos”, que traz o tema central das “Tensões, conflitos e guerras” e, como subtema, “[...] seus problemas e suas soluções”. Tal discussão incorpora uma das mais reconhecidas relações, a de território e poder, bem como as relações coloniais, tanto na fase áurea da colonização, definida como colônias pela Europa.

Por outro lado, sabe-se que, para alcançar um debate de alto nível de ampla produção acadêmica, é necessário um diálogo constante com demais áreas, entre as quais a Educação, o que reforça a relação entre sociedade e fatos, pelas discussões a respeito do pensamento aplicado no Brasil. A respeito do assunto, no ano de 2003, o governo federal sancionou a Lei 10.639, tornando obrigatório o conteúdo da História dos afro-brasileiros e da África em escolas do ensino fundamental e médio (16). Observa-se no artigo 26-A da lei que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o conteúdo sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Entre o rico conjunto das indicações propostas no documento, o nosso foco de pesquisa será o continente africano no livro didático.

É claro que as contribuições vão além dos conceitos que são discutidos e passam pelo entendimento das relações sistêmicas maiores. Entre o momento da partilha e da Lei 10.639, é publicada na literatura da geográfica a categoria de subdesenvolvimento sugerida por Lacoste em 1968, que se articula posteriormente com as propostas dos PCNs de 1998,

indicado para sala de aula, no qual a África aparece como parte integrante do tema “tensões e guerras” como sugerido pelo PCNs. Independente da eleição do ensino de História abarcar o trabalho acerca das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, e da pouca atenção ao tema do continente africano, nada nos impede ou vem impedindo de participar de mais esta empreitada na formação política educacional do país. Nesta linha de raciocínio concordamos com Santos, R. (2007: 25), quando este escreve a respeito da Lei 10.639/03 que a mesma “coloca incisivos desafios para o ensino de Geografia, enquanto aprendizagem do que apenas transmite reconhecimentos de um ramo científico mas acima de tudo, contribui para a formação humana”. Sendo assim, assumimos e aceitamos o posicionamento do MEC 2004 uma vez que ele se sustenta e serve como pano de fundo e subsídio para nossas discussões.

Nas trilhas da pesquisa

Para analisar os manuais dessa disciplina, exige-se não apenas um conhecimento considerável acerca das discussões de geografia escolar da África, mas saber como ela foi inserida nos debates das mudanças teórico-metodológicas da geografia escolar. Nossa tese é que o conteúdo a respeito do continente africano está com carga de dominação territorial ligada às práticas geográficas de caráter imperialista. Acreditamos que os livros didáticos são as fontes, os instrumentos mais úteis para captar as nuances dos discursos e as transformações da análise geográfica sobre a África. Do mesmo modo, é instigante saber o que os compêndios de geografia, publicados antes e depois da lei de 2003, guardam como fontes. O desafio está posto para a reflexão, resgatar e problematizar a respeito do ensino de África na geografia escolar.

Nesse sentido no debate a respeito do livro didático, ficamos com Castellar, S. e Vilhena, J. que dizem “em tempos de multimídia, computadores, ensino à distância e outras inovações tecnológicas na educação, o livro didático ainda continua sendo um dos suportes mais importantes no cotidiano escolar e é sem dúvida, o mais utilizado e solicitado” (Castellar, S. e Vilhena, J. 2010: 137). Concomitantemente debater e conhecer a África nos manuais escolares é, de modo geral, avançar na compreensão do que eram os livros didáticos a serviço da educação brasileira. A periodização estudada, em particular os livros de geografia, em certa medida, elas refletiram o interesse e os próprios debates a respeito da temática do continente africano na geografia nacional. Em levantamento prévio feito em dois programas brasileiros de pós-graduação

em geografia, foram defendidos dois trabalhos a respeito do continente africano (17). No que diz respeito ao tema a África no livro didático, encontramos a tese de Oliva (2007), *Lições sobre a África*, que debate sobre as diferentes representações, suas abordagens e outros recortes temáticos sobre a África nos compêndios utilizados no Brasil e Portugal para o ensino da História. Outro trabalho foi o de Júnior (2004), *Imagens da África, dos africanos (...)*, que analisou as representações sociais dos africanos nos livros didáticos de História do Brasil. Contudo percebemos que ainda carecemos de investigações sobre o tema do continente africano nos manuais escolares, o que abre um leque ainda maior de possibilidades para quem se aventura nesta temática (18).

O objetivo do texto não é oferecer respostas prontas, mas sim levantar questionamentos e inquietações do que foi e vem a ser a África no livro didático de geografia. O debate pela história do pensamento nos leva a diferentes reflexões entre ensino, território, população, domínios, guerras, independências dentre outros conceitos e categorias. É importante que se diga que o livro organizado por Renato Emerson dos Santos, *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*, 2007. É o primeiro, salve engano, é o único que vem tratar a respeito do tema da Lei 10.639 no ensino de Geografia no território brasileiro. Ao considerarmos que educação tem um principal papel na formação de uma nação o debate na Geografia a respeito da mesma precisa ser feito com profundidade. Seja pelos movimentos sociais, movimento negro, nos diferentes territórios, e demais Geo-grafias de lutas que venham fazer cumprir a lei. Por outro ângulo, são diversos os trabalhos de intelectuais a respeito da representação da África nas ciências humanas, cada qual com sua importância e recorte. Tal fato nos ajuda no desenvolvimento de nossa proposta de investigação, levantando bibliografias, discussões, caminhos e perguntas. Dessa forma, o que nos leva a desenvolver esse trabalho é aprofundar na compreensão do que foi a África no livro didático, e ao mesmo tempo entrar na batalha pela própria África. Portanto, observar as ligações entre os textos didáticos e as 'práticas geográficas' do século XIX e XX é tomar uma posição a respeito do tema, como fazer análises, argumentar e discutir na tentativa de que os novos materiais da geografia escolar sejam menos carregados de um olhar naturalizado europeu.

Notas

(1) A estrutura do presente texto é uma releitura da comunicação apresentada no primeiro Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo, na Universidade Estadual de São Paulo, (UNESP) campus Rio Claro.

(2) Ao escrevermos continente africano ou África estaremos nos apoiando em Said, E., quando este aborda a respeito de uma geografia recente “variada demais para chegar a constituir algo unitário e homogêneo; na verdade, a luta que trava em seu interior envolve defensores de uma identidade unitária e os que vêem o conjunto como uma totalidade complexa, mas não redutoramente unificada” (Said, E. 1995: 27). Consideramos que existem nesse continente uma homogeneidade e uma heterogeneidade, desde as variadas populações, suas religiões, as formas políticas e seus distintos sistemas econômicos.

(3) Nota-se aqui conceituações e categorizações presentes no discurso da geografia que confluem para a prática do controle territorial. O trabalho de Andrade, M. discute que o imperialismo se constituía como um termo e um conceito que “ampliavam os territórios, (...) a área de ação das companhias de comércio, de origem européia, que atuavam nas colônias (...) estabelecido o controle econômico passavam à dominação política” (Andrade, M. 1989: 36-37).

(4) Segundo Comte, A. “[...] não temos de modo algum a pretensão de expor as causas geradoras dos fenômenos [...] Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e de similitude” (Comte, A. 1973: 13).

(5) Foi elegido um livro, que, segundo o site do MEC, atingiu um maior número de alunos.

(6) Denominação do amigo, professor e crítico literário Wellington Migliari.

(7) Em Said, E. imperialismo e colonialismo, “Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação [...] de “raças inferiores”, “dependência” e “povos subordinados”, da Europa para o resto do mundo no rumo do imperialismo” (Said, E. 1995: 40). Debates que aparecerão no decorrer do trabalho, conceito de raça e etnia.

(8) Um clássico sobre o tema é a obra de Lênin, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1976). Nela o autor escreve (Lênin, V.: 375) que “a nova fase imperialista tem seu período áureo de expansão colonial no final do século XIX, quando as grandes potências passaram a disputar o controle dos mercados e territórios, em especial das colônias”. Nesse trabalho em específico discutimos o processo da partilha do continente

africano pelo viés econômico, não descartando a importância teoria política e cultural, entre elas o darwinismo.

(9) É importante registrar que grande parte dos livros didáticos de Aroldo foram republicados no intervalo entre os anos de 1934 a 1974 com títulos diferenciados, a respeito do assunto (Santos, W. 1984: 08-20) e (Colesanti, M. 1984: 59-145).

(10) Estamos considerando essas categorias dentro das noções de nação e Estado moderno, conforme vemos em Hobsbawm, E., especificamente no capítulo I): “A nação como novidade: da revolução ao liberalismo” (Hobsbawm, E. 1990: 27-63). O autor faz uma distinção entre o conceito de nação e nacionalismo, passando pelo debate de Estado, povo, soberania e território. Para ele as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. Partimos do conceito de Estados-nação, como Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Espanha. Tais países que já possuíam seus territórios definidos, que, segundo Moraes, são uma “construção política [...] mas também econômica [...] e ainda uma construção ideológica” (Moraes 2004: 59), eram reconhecidas principalmente pelos Estados vizinhos.

(11) Sobre o tema Costa, W. refere-se “aos processos de constituição e consolidação dos ‘Impérios’ em diferentes escalas e formas de organização e domínio [...] disputas territoriais [...] envolvem os espaços de expansão colonial extra-europeus” (Costa, W. 1991: 60). O debate sobre a demarcação de fronteiras estava ligado à política do imperialismo e colonialismo europeu, recorte que vem fazendo parte do desenvolvimento da pesquisa.

(12) Apresentamos alguns teóricos que trabalham com a proposta pós-colonial, entre eles, Frantz Fanon. *Os Condenados da Terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, e Aimé Césaire. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Noémia de Souza. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

(13) Marcelo Bittencourt. “*Estamos juntos*”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Tese de doutorado, Niterói: UFF, 2002, pág. 54-55, como também Carlos Serrano. *Angola: nasce uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Tese doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1988, pág. 45-72.

(14) Para Lacoste, Y. as características dos países subdesenvolvidos são as seguintes: “Subordinação econômica e grandes desigualdades sociais, endividamento externo, relações comerciais desfavoráveis, forte influência de empresas estrangeiras e grandes desigualdades sociais” (Lacoste, Y.

1968: 8-9). Melhem Adas cita as formulações de Yves Lacoste, *Geografia do Subdesenvolvimento*, Ed. Difel, 1968.

(15) A denominação de raça é um tema que precisa ser tratado com rigor, segundo Munanga, K. , “o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, assim, como todas as ideologias, esconde uma coisa não-proclamada: a relação de poder e de dominação” (Munanga, K. 1999: 22). Com o tempo a terminologia raça legitimou a maneira de lidar antigas práticas de relações entre os diferentes povos.

(16) No site <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>, vemos a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que vem a vigorar em todo território brasileiro. Nela se diz: “§ 1º O conteúdo programático a que se refere o capítulo deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. O referencial teórico-metodológico da Lei 10.639/03 vem das raízes do multiculturalismo.

(17) Os dois programas de pós-graduação citados são os seguintes: o primeiro é o da Universidade de São Paulo, na qual encontramos a tese de doutorado de Cláudio Carrera Maretí, *Comunidade natureza e espaço: Gestão territorial comunitária - arquipélago dos Bijagós, África Ocidental* (2001). O segundo é o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual encontramos a tese de doutorado de, Eli Alves Penha. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*, (1998).

(18) Sobre essa temática na geografia escolar, Castellar, S. escreve: “a importância dessa discussão para o ensino de geografia está nos resultados que poderemos obter se repensarmos como e o que ensinamos” (Castellar, S. 1986: 52). Buscamos iniciar a discussão sobre o ensino de geografia da África na geografia escolar pelo livro didático.

Bibliografía

ANDRADE, Manoel Correa de: **O Brasil e a África**. São Paulo, Contexto, 1989, 80 p.

BRASIL: **Decreto Nº 1075 de 22 de novembro de 1890**. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

BRASIL: **Decreto Nº 3.890 de 01 de janeiro de 1901.** Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, de pendentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

BRASIL: **Decreto Nº 8.659 de 05 de abril de 1911.** Aprova a Lei orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República.

BRASIL: **Decreto Nº 11. 530 de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e Superior na República.

BRASIL: **Decreto Nº 16. 782-A d 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.

BRASIL: **Decreto Nº 19.890 de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

BRASIL: **Decreto Nº 21. 241 de 04 de abril de 1932.** Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.

BRASIL: **Decreto Nº 4.244 de 09 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário.

BRUNSCHWING, Henri: **A Partilha da África Negra.** [Trad. Joel J. da Silva], São Paulo: Perspectiva, 1971, (Coleção Khronos; 6 / dirigida por. J. Guinsburg), 128 p.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella: **Ensino de Geografia.** Campinas Papyrus, Cadernos Cedes, Nº 39, 1986, pág. 88-96.

CASTELLAR, Sônia & VILHENA, Jerusa: **Ensino de Geografia.** Cenage Learning, – Coleção ideias em ação - São Paulo, 2010, 161 p.

CAPEL, Horacio: **Geografia Humana y Ciências Sociales. Uma perspectiva histórica.** Barcelona, Montesinos, 1988, 139 p.

COLESANTI, M. T. M: **O ensino de geografia através do livro didático no período de 1890-1971.** Dissertação de Mestrado, Unesp/SP, Rio Claro, 1984, 213 p.

COMTE, Auguste: **Curso de Filosofia Positiva.** Coleção os Pensadores. 1973, 336 p.

COSTA, Wanderley Messias da: **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992, 349, p.

FERRACINI, Rosemberg: **Ensaios de Geografia Humana na Obra de Aroldo de Azevedo**. em: 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo e no VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Rio Claro, 11 a 18 de novembro 2008, pág. 427-439. <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/427-439rosemberg.pdf>, acessado em 05/06/2009.

HOBSBAWM, Eric: **Nações e Nacionalismo desde 1780 – programa; mito e realidade**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. RJ: Paz e Terra, 1990, 230 p.

JÚNIOR, Alfredo Boulos: **Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções de didáticos de História aprovados no PNL D de 2004**. Dissertação de Mestrado PUC, São Paulo, 2008, 195 p.

KI-ZERBO, Joseph: **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**, Vol. I. Trad. Beatriz Turqueti (...) et al. Revisão técnica Fernando A. Albuquerque Mourão Vol. I. São Paulo: Ática, Paris: Unesco, 1982, pág. 21-42.

LACOSTE, Yves: **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Papyrus, 1988, São Paulo, 263 p.

LÊNIN, V. I.: **El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo**. Obras Escogidas, Tomo V. Moscou Editorial Progreso, 1976, 130 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília. Secretaria de Educação Média e Tecnologia (Semtec/MEC), 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=381>, acessado em 15/06/2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>, a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, acessado em 20/03/2003

MUNANGA, Kabengele: **Rediscutindo A mestiçagem no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999, 88 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert: **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004, 154 p.

OLIVA, Anderson Ribeiro Oliva: **Lições sobre a África**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de Brasília, UNB, 367 p.

ROCHA, Genylton Odilon Rego: **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942)**. Mestrado em Educação, PUC – SP, 1996, 296 p.

ROMANELLI, Otaiza: **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980, 267 p.

SACK, R.: **Human Territoriality: its theory and history**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, 315 p.

SAID, Edward: **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 459 p.

SANTOS, Milton: **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978, 285 p.

SANTOS, Renato Emerson dos: *O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639*. em: **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**. (SANTOS, Renato Emerson dos Orgs.) Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 203 p.

SANTOS, Wilson dos: **A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação**. Dissertação de Mestrado, Unesp, Rio Claro/SP, 1984, 92 p.

SCARLATO, Francisco C.: **Apartheid: até quando?** Revista Orientação, São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Nº 6, 1985, pág. 128-129.

SILVA, Amando Corrêa.: **Formação do Território Político da África**. Revista Orientação, São Paulo: DG da Universidade de São Paulo, Nº 5, 1984, pág. 69-174.

VESENTINI, José William: *A questão do livro didático no ensino da Geografia*, em: **Geografia e Ensino: Textos críticos**. (VESENTINI, J. W., org). Campinas, SP: Papyrus, 1995, pág. 161-179.

Livros escolares analisados

ADAS, Melhen: **Estudos de Geografia**. Rio de Janeiro, Moderna, 1974, 175 p.

AMARAL, Tancredo do: **Geographia Elementar**. (Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves e Cia.) 1893, 212 p.

AZEVEDO, Aroldo de: **Geografia Geral para a Primeira série Ginásial**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943, 267 p.

AZEVEDO, Aroldo de: **Os Continentes**. São Paulo, Nacional, 1963, 269 p.

CASTELAR, Sonia. [et al]: **Geografia**. São Paulo, Editorial, 2001, 333 p.

Fecha de recepción: 20 de marzo de 2011

Fecha de aprobación: 16 de abril de 2011